



ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

- 1.1.** O objeto deste certame é o Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa para fornecimento de combustíveis, (gasolina, etanol, diesel comum e S10), visando atender as necessidades dos veículos (leves, médios, pesados) e maquinários (tratores, máquinas agrícolas e implementos) pertencentes à frota oficial do Município de São Geraldo – MG, conforme especificações discriminadas no Termo de Referência e demais anexos do Edital.
- 1.2.** Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
- 1.3.** O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.
- 1.4.** O prazo de vigência da contratação será regido em edital na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.5.** O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.
- 1.6.** Por questão de uma melhor logística e economicidade para a administração, o Posto Revendedor deverá estar localizado a uma distância máxima de **10 (dez) quilômetros** da sede da Prefeitura Municipal de São Geraldo-MG.
- 1.7.** **Licitantes realizarem atos de atrapalharem o bom andamento do certame, assim como realizarem ofertas inexecutableis, podendo ocasionar a suspensão de dois anos sem contratar com órgão público.**
- 1.8.** **Prestar declaração falsa ou omitir informação à administração pública é fato grave punível com suspensão de dois anos de fornecer a órgão público, além de demais apurações no âmbito penal.**

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1.** A contratação visa fornecer combustíveis para a frota de veículos do município, utilizados no desempenho de suas atividades e cumprimento de sua missão institucional.
- 2.2.** A aquisição se faz necessária para o abastecimento da frota de veículos, de modo a atender os deslocamentos de servidores, pacientes e alunos.
- 2.3.** Ressaltamos que é imprescindível a aquisição do objeto.
- 2.4.** A falta do combustível inviabiliza o funcionamento das atividades de todos os setores.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

- 3.1.** Os combustíveis fornecidos deverão atender às especificações técnicas e padrões de qualidade estabelecidos pela Agência Nacional do Petróleo (ANP), bem como outras normativas aplicáveis, garantindo assim a eficiência e a segurança no uso dos veículos e equipamentos. O escopo inclui, mas não se limita a, gasolina, etanol, diesel e biodiesel, com a possibilidade de inclusão de combustíveis alternativos e sustentáveis, conforme a evolução das necessidades e políticas ambientais.
- 3.2.** A gestão do consumo de combustíveis deve enfatizar a eficiência e a economia, promovendo práticas como manutenção preventiva dos veículos, treinamento de motoristas para condução econômica e uso racional dos veículos, contribuindo para a redução do consumo de combustível e das emissões de gases poluentes.



3.3. Embora o foco principal seja o fornecimento de combustíveis, é importante considerar aspectos relacionados à disposição final de resíduos e subprodutos gerados durante o uso dos combustíveis, como óleos usados e filtros, adotando práticas de descarte responsável e reciclagem.

4. JUSTIFICATIVA DO CUSTO ESTIMADO

4.1. Para levantamento dos custos estimados para os serviços, levou-se em consideração o histórico de utilização e estado que se encontra a frota, demonstrando dessa forma uma metodologia de execução que prioriza a economicidade nos gastos com o abastecimento inteligente dos veículos.

4.1.1. Foram estimados junto ao setor de frotas, os quantitativos e valores para abastecimento dos veículos por um período de 36 (trinta e seis) meses, conforme documentação anexa aos autos do processo. Considerando também os veículos que serão adquiridos e com a projeção de gastos para os próximos 12 (doze) meses, destacamos o aumento dos custos estimados para a Secretaria de Educação e Secretaria de Infraestrutura e Transportes, consideravelmente maiores em relação aos últimos anos devido ao aumento da frota municipal.

4.1.2. A Formação do Registro de Preços objetiva a racionalização dos gastos públicos e pretende gerar maior economia, obtida por meio de ganhos em escala e redução na quantidade de processos licitatórios realizados durante o mesmo exercício financeiro, exercendo, ainda, um excelente comparativo dos valores praticados no mercado.

4.2. Justificativa da adoção do Sistema de Registro de Preços:

4.2.1. Melhoria da qualidade técnica dos documentos preliminares ao certame, tais como: especificações, alinhamento estratégico com o planejamento municipal e condições jurídicas para a contratação;

4.2.2. Redução do esforço administrativo para a realização de diversos processos licitatórios sendo que a execução conjunta culmina em um único certame;

4.2.3. Ganho de economia de escala, pois, ao prospectar grandes volumes licitados, a Administração Pública amplia seu poder de compra junto aos fornecedores e consegue reduções consideráveis de preços, fato que certamente não ocorreria quando do fracionamento de certames;

4.2.4. Necessidade de aquisições frequentes, com aquisição e entrega parceladas, conforme as necessidades que efetivamente se concretizem;

4.2.5. Impossibilidade, pela natureza e destinação dos bens, de definir com plena exatidão o quantitativo a ser demandado pela Administração, além da ausência de condições de estocagem em grande quantidade de material.

4.2.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

5. ESPECIFICAÇÃO DOS ITENS/DESCRIÇÃO DO OBJETO

5.1. O Licitante deverá apresentar a descrição detalhada do objeto ofertado em sua proposta de preço sob pena de desclassificação, e obedecer em suas especificações as normas estabelecidas em Lei, observando as descrições abaixo:

Ordem	Quant.	UN.	Especificação	Valor Unit.	TOTAL
1	80000	L	00000036132- GASOLINA COMUM PARA USO AUTOMOTIVOS, CLASSIFICADOS COMUM INDICE DE OCTANAGEM IAD 87 MIN	6,3300	506.400,0000
2	80000	L	00000036133- DIESEL COMUM S500 USO AUTOMOTIVO APRESENTAÇÃO COM BIODIESEL, CONCENTRAÇÃO DE ENXOFRE 500 MG/KG	6,3800	510.400,0000



3	80000 L	00000036134- DIESEL S10 USO AUTOMOTIVO APRESENTAÇÃO COM BODIESEL, CONCENTRAÇÃO DE ENXOFRE 10 MG/KG	6,6800	534.400,0000
4	30000 L	00000036135- ETANOL ALCOOL ANIDRO COMBUSTIVEL CLASSIFICAÇÃO COMUN, USO AUTOMOTIVO, COMPOSTO ETANOL	5,3300	159.900,0000
Total:				1.711.100,0000

5.2. Valor total estimado: R\$ 1.711.100,00 (um milhão, setecentos e onze mil e cem reais).

5.3. O valor estimado foi obtido através de Estudo Técnico Preliminar realizado com o auxílio do controle de frotas, contabilidade e setor de licitações, conforme preconiza as cláusulas anteriores e subitens sequenciais.

5.4. O objeto do presente termo de referência será fornecido em remessas diárias e conforme a necessidade da Secretaria, após recebimento da nota de empenho.

6. CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE E ENTREGA DO OBJETO

6.1. O quantitativo de veículos que compõe a frota da PREFEITURA, por marca, modelo, placa, ano de fabricação, e alocação/unidade está relacionado abaixo:

VEÍCULO	PLACA	COMBUSTÍVEL	ANO	SETOR
VAN RENAULT/ MASTER	RUV-5A61	DIESEL	2022/2023	EDUCAÇÃO
MARCOPOLO/VOLARE V8L EO	SHW-6D42	DIESEL	2023/2023	EDUCAÇÃO
IVECO WAYCLASS ADAPTADO	QOU-3477	DIESEL	2018/2019	EDUCAÇÃO
IVECO WAYCLASS	PYA-3650	DIESEL	2016/2016	EDUCAÇÃO
IVECO GRANCLASS	QOU-7471	DIESEL	2016/2017	EDUCAÇÃO
MARCOPOLO/VOLARE V8L EO	SHW-7H82	DIESEL	2023/2023	EDUCAÇÃO
SPRINTER A3	RGC-4C47	DIESEL	2019/2020	EDUCAÇÃO
VW/NEOBUS 8.160	SIA-9B61	DIESEL	2023/2023	EDUCAÇÃO
CHEV. SPIN 1.8	RMF-3C78	FLEX	2020/2021	SEC. EDUCAÇÃO
IVECO/MASCA GRAN MICRO (APAE/SENAI)	SIG-7D74	DIESEL	2023/2023	EDUCAÇÃO
CAMINHÃO PIPA IVECO/TECTOR 240E28	RNR-3J77	DIESEL	2021/2022	OBRAS
CAMINHÃO IVECO/TECTOR 170E21	SYQ-7C01	DIESEL	2022/2023	OBRAS
VOLKSWAGEM KOMBI	HMN-9814	FLEX	2008/2009	OBRAS
CAMINHÃO MERCEDES BENZ	OXF-9I58	S10/ARLA	2014/2014	OBRAS
FIAT STRADA WORKING 1.4	QOJ-1768	FLEX	2018/2018	OBRAS



RENAULT SANDERO 1.0	PUE-7016	FLEX	2014/2014	OBRAS
HONDA/ NXR160 BROS	RTQ-3A16	FLEX	2021/2022	OBRAS
RENAULT CANGOO 1.6	OPQ-9719	FLEX	2013/2014	OBRAS
ÔNIBUS AGRALE (SIM SAÚDE)	NXX-1B70	DIESEL	2012/2012	SAÚDE
VW/POLO MB	SYQ-3I92	FLEX	204/2024	SAÚDE
AMBULANCIA RENAULT/MASTER	RUR-4A86	DIESEL	2022/2023	SAÚDE
CHEV. SPIN 1.8	RVJ-3B50	FLEX	2022/2023	SAÚDE
VAN TRANSIT	RVL-9B79	DIESEL	2022/2023	SAÚDE
AMBULANCIA PEUGEOT/PARTRAPID GR	RVZ-0B00	FLEX	2023/2023	SAÚDE
GOL VW/ MPI	RUR-7J33	FLEX	2022/2023	SAÚDE
IVECO/DAILY 50C17VET	QQB-0167	DIESEL	2018/2019	SAÚDE
GOL VW/MPI	RUR-7J34	FLEX	2022/2023	SAÚDE
GOL VW/MPI	RUR-5F64	FLEX	2022/2023	SAÚDE
GOL VW/MPI	RVZ-0B05	FLEX	2023/2023	SAÚDE
FOX CONNECT MB	RFY-2C30	FLEX	2020/2021	SAÚDE
GM/MONTANA AMBULANCIA	RFH-8E30	FLEX	2020/2020	SAÚDE
FIAT DOBLO 1.8	QMV-9403	FLEX	2016/2016	SAÚDE
FIAT DOBLO 1.4	PZQ-3337	FLEX	2017/2017	SAÚDE
FIAT DOBLÔ AMBULÂNCIA 1.4	NXX-0985	FLEX	2012/2012	SAÚDE AT.
VW/FOX CONNECT MB	QUH-8684	FLEX	2019/2020	SAÚDE
VW/FOX CONNECT MB	QUH-8663	FLEX	2019/2020	SAÚDE
CG 160	PZJ-1889	GASOLINA	2017/2017	SAÚDE AT.
VW FOX 1.6	QMR-1089	FLEX	2017/2017	GABINETE
HONDA/NXR160 BROS ESDD	RTQ-3A14	FLEX	2021/2022	GABINETE
VW VOYAGE 1.6	OPQ-1150	FLEX	2013/2013	SEGURANÇA
CHEVROLET LS DD4	QXW-1F14	DIESEL	2021/2022	DEFESA CIVIL
FOX CONNECT	RFY-2C42	FLEX	2020/2021	ASS.SOCIAL



UNO EVOLUTION 1.4	PWP-3116	FLEX	2014/2015	ASS.SOCIAL
GOL VW/MPI	RUR-7J35	FLEX	2022/2023	IMUNIZAÇÃO
GOL VW/MPI	RUK-8I36	FLEX	2022/2023	IMUNIZAÇÃO
FIAT STRADA WORKING 1.4	PVX-1B46	FLEX	2014/2015	EPIDEMIOLOGIA
CG 160	PZJ-1902	GASOLINA	2017/2017	EPIDEMIOLOGIA
VW GOL 1.0	QMR-1046	FLEX	2017/2017	CONS. TUTELAR
RENAULT/ DUSTER ZEM 16	QXW-2A73	FLEX	2021/2022	POLICIA MILITAR
RENAULT/DUSTER ZEN 16+	QXW-3E58	FLEX	2022/2023	POLICIA MILITAR
CAMINHÃO DER M. BENZ/LK 1113	GMG-2442	DIESEL	1977/1977	LIMPEZA
MOTO CG 125	HGE-2083	GASOLINA	2006/2006	LIMPEZA
HONDA/ CG 160 START	RTQ-3A18	FLEX	2021/2022	LIMPEZA
HONDA/ CG 160 START	RTC-6H69	FLEX	2021/2022	AGRICULTURA
FIAT UNO WAY 1.4 (IMA)	NXX-0713	FLEX	2012/2012	AGRICULTURA
VW/ GOL MPI	RVS-1E61	FLEX	2022/2023	CEDIDO A BANDA
PALIO FIRE	PXN-4939	FLEX	2015/2015	TRIBUTAÇÃO
PATROL CATERPILLAR	-	DIESEL	2013/2014	ESTRADAS
PATROL NEW HOLLAND	-	DIESEL	2011/2012	ESTRADAS
TRATOR 001 NEW HOLLAND	-	DIESEL	2015/2015	LIMPEZA
TRATOR 002 NEW HOLLAND	-	DIESEL	2015/2015	LIMPEZA
TRATOR 003 TRIAMA	-	DIESEL	2018/2018	AGRICULTURA
RETRO ESCAVADEIRA 001 JCB 3C	-	DIESEL	2010/2011	OBRAS
RETRO ESCAVADEIRA 002 JCB 3C	-	DIESEL	2012/2012	OBRAS

6.2. A Prefeitura não está obrigada a adquirir a totalidade dos itens licitados. O pedido/requisição/ordem de fornecimento será realizado de acordo com a necessidade do setor requisitante

7. DO ABASTECIMENTO

7.1. O município não pagará em hipótese alguma ao contratado, valor superior àquele praticado com os demais consumidores finais, ou seja, o preço constante na bomba para a forma de pagamento à vista.



7.2. Adequação ao Mercado e Limite de Preço

7.2.1. Caso, durante a fase de lances da licitação, o licitante apresente uma proposta de valor inferior ao preço praticado no mercado na data correspondente, todas as variações subsequentes de preço - decorrentes tanto de aumentos quanto de reduções na quantidade contratada - serão calculadas com base na diferença percentual do desconto ofertado em relação ao preço de bomba na época da licitação. Deste modo, o valor a ser pago pelo Município jamais excederá o preço de venda direta ao consumidor final na bomba, assegurando-se, porém, que o licitante vencedor cumpra com o valor proposto, de acordo com o percentual de desconto aplicado em sua oferta.

7.3. O Município realizara suas aquisições de produtos a se enquadrar na condição de à vista, não sendo possível opor contra estes preços a maior na condição de à prazo. Desta forma ocorrendo oferta de preços à vista em valores promocionais ou inferiores aos preços gerados em favor de consumidores para pagamentos à vista ou de qualquer outro modo, esses valores a menores obrigatoriamente deverão ser ofertados ao Município, assim como havendo redução do preço de compra deverá ser efetuada a informação ao órgão público para fins de reajuste de preços reduzindo o valor do preço efetivamente pago pelo município.

7.4. Esta cláusula visa garantir a economicidade e a eficiência nos gastos públicos, alinhando as práticas de aquisição de combustíveis às melhores condições de mercado disponíveis, sem prejuízo à administração pública ou ao fornecimento contínuo e adequado de combustíveis para o pleno funcionamento dos serviços municipais.

7.5. Os postos de combustíveis deverão prestar os serviços de abastecimento no mínimo de segunda-feira a sábado das 06:00 às 21:00 horas.

7.6. Os relatórios disponibilizados pela CONTRATADA deverão conter, no mínimo, as seguintes informações, acumuladas a partir da contratação dos serviços:

a) Relação dos veículos por prefixo, placa, marca, modelo, tipo de combustível, ano de fabricação e unidade administrativa, base da unidade administrativa e centro de custos, se houver;

b) Histórico das operações realizadas pela frota contendo:

- Data;
- Hora;
- Identificação do estabelecimento;
- Identificação do condutor;
- Identificação do veículo (placa);
- Hodômetro do veículo no momento do abastecimento;
- Tipo de Combustível;
- Quantidade em litros;
- Valor unitário por tipo de combustível;
- Valor total da operação em R\$ (reais); e,
- Tipo e valor do serviço utilizado.

7.7. Cada operação de abastecimento ou serviço deverá gerar um registro individualizado contendo no mínimo:

- a) tipo de combustível ou serviço utilizado;
- b) custo unitário e total;
- c) quantidade;



- d) identificação do veículo;
- e) identificação do condutor;

7.8. O abastecimento será realizado diretamente no estabelecimento da CONTRATADA, no endereço indicado na proposta.

7.9. A CONTRATANTE encaminhará seus veículos até o estabelecimento indicado;

7.10. Os combustíveis serão recusados no caso de densidade fora dos padrões, erro quanto ao produto solicitado, volume menor que o solicitado, contaminação por quaisquer elementos não permitidos em sua composição ou a presença de outras substâncias, em percentuais além dos autorizados em sua composição.

7.11. O combustível recusado deverá ser substituído no prazo máximo de 03 (três) horas, contado a partir do recebimento pelo CONTRATADO da formalização da recusa pelo CONTRATANTE, arcando o CONTRATADO com os custos dessa operação, inclusive os de reparação.

7.12. DOS REQUISITOS MÍNIMOS DE QUALIDADE DOS BENS E NORMATIZAÇÃO:

7.12.1. Os produtos elencados neste Termo de Referência deverão ser fornecidos de acordo com as especificações descritas, não podendo haver produtos que não estejam adequados às especificações, sob pena de devolução de todos os bens recebidos;

7.12.2. Os produtos supramencionados, no objeto do presente Termo de Referência, devem ser produzidos conforme as Normas Técnicas Brasileiras. Além das especificações constantes deste termo deverá ainda atender à Lei Federal nº 8.078, de 11/09/1990 (Código de Defesa do Consumidor);

7.12.3. O combustível deverá ter padrão de qualidade exigido pelos órgãos competentes;

7.12.4. A Prefeitura não se obriga a receber combustíveis que não estejam de acordo com as especificações e exigências da administração Municipal; caso haja alguma divergência quanto às especificações dos bens do Anexo I, a licitante terá 24h para substituir o item as suas expensas.

7.12.5. Quando solicitado, o licitante vencedor deverá apresentar todas as autorizações, certificados, licenças e demais documentos exigidos pela legislação vigente no ato da assinatura da Ata de Registro de Preços.

7.13. Especificações quanto à emissão e recepção da ordem de fornecimento:

7.13.1. A ordem de fornecimento, a ser emitida pelo Departamento de Compras, é realizada de forma eletrônica pelo sistema informatizado e será enviada preferencialmente por e-mail, podendo a Administração enviar a ordem de fornecimento pessoalmente, por fax ou via correios (neste caso, mediante uso do Aviso de Recebimento – AR);

7.13.2. O licitante deverá fornecer junto à sua proposta o e-mail para o qual poderão ser encaminhadas as ordens de fornecimento;

7.13.3. Considera-se como data do recebimento da ordem de fornecimento:

- a) O primeiro dia útil seguinte ao do envio do e-mail, no caso de ordem de fornecimento enviada por e-mail ou por fax;
- b) O dia do recebimento da correspondência, no caso de ordem de fornecimento enviada por meio postal.

7.14. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

8. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

8.1. O combustível, objeto do presente edital deverá ser entregue imediatamente, na bomba fixada na sede do fornecedor, localizada num raio máximo de 10 (dez) quilômetros de vias pavimentadas da sede da Prefeitura municipal de São Geraldo-MG, de segunda-feira a sábado, das 06h00min às 21h00min, conforme solicitação do responsável pela Secretaria, que a cada pedido de fornecimento, especificará formalmente a quantidade necessária do objeto contratado.



8.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

8.3. O abastecimento dos veículos pertencentes à Prefeitura Municipal de São Geraldo-MG, assim como aqueles locados, deve ser realizado exclusivamente nas instalações de revenda do fornecedor, utilizando-se as bombas de combustível, em estrita conformidade com as regulamentações da Agência Nacional do Petróleo (ANP). É fundamental assegurar a ampla disponibilidade desse serviço, permitindo o abastecimento durante feriados, finais de semana e fora dos horários comerciais convencionais, de modo a garantir a ininterrupta operacionalidade dos veículos municipais.

8.4. A exigência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obriga a Administração a contratar, podendo ser realizada licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada (art. 83 da Lei 14.133/2021).

8.5. São obrigações da Contratante:

8.5.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

8.5.2. A CONTRATANTE é responsável pelo deslocamento dos veículos até os estabelecimentos.

8.5.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas durante a execução do contrato, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

8.5.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

8.5.5. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

8.5.6. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, devendo ser observado o que consta no comunicado da Diretoria de Finanças e no Decreto Municipal 257/2023.

8.5.7. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8.5.8. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8.6. Obrigações Da Contratada

8.6.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

8.6.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

8.6.3. Indenizar o Contratante quando ocorrerem avarias ocasionadas, comprovadamente, por manuseio indevido, extravios e outras ocorrências que comprovem a sua culpa;

8.6.4. Correrão por conta da Contratada todos os tributos, encargos sociais, frete até o destino e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre o fornecimento do objeto da presente licitação.

8.6.5. Comunicar à Prefeitura Municipal os eventuais casos fortuitos e de força maior, dentro do prazo de 2 (dois) dias úteis, após a verificação do fato e apresentar os documentos para a respectiva comprovação, em até 5 (cinco) dias consecutivos, a partir da data de sua ocorrência, sob pena de não serem considerados.



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

Rua 21 de Abril, nº 19, centro, São Geraldo-MG, CEP 36.530-000
Telefone: (32) 3556-1215 – e-mail: licitacao@saogeraldo.mg.gov.br



- 8.6.6.** Arcar com quaisquer compromissos assumidos com terceiros, ainda que vinculados à execução deste contrato, isentando a Prefeitura Municipal de qualquer responsabilidade;
- 8.6.7.** Cumprir fielmente o objeto licitado, de forma que seja realizado com esmero e perfeição, executando sob sua inteira e exclusiva responsabilidade;
- 8.6.8.** Responder, integral e exclusivamente por todos os danos e prejuízos de qualquer natureza causados direta e indiretamente, por seus empregados, representantes ou prepostos os bens da contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do objeto licitado;
- 8.6.9.** Arcar com todos os prejuízos resultantes de ação judicial a que a contratante for compelida a responder por força da futura contratação, incluindo despesas judiciais e honorárias advocatícias;
- 8.6.10.** Comunicar imediatamente a Contratante qualquer irregularidade ou dificuldade que impossibilite a execução do objeto contratado;
- 8.6.11.** Responsabilizar-se por todas as despesas e encargos de qualquer natureza com pessoal de sua contratação necessária a execução do objeto contratual, inclusive encargos relativos à legislação trabalhista;
- 8.6.12.** Assumir inteira responsabilidade civil, administrativa e penal por quaisquer danos e prejuízos materiais ou pessoais causados diretamente ou por seus empregados ou prepostos, à Contratante;
- 8.6.13.** Manter, por todo o período de execução, as condições que garantiram a sua habilitação, incluída a regularidade perante o INSS, FGTS e Fazenda Pública;
- 8.6.14.** Será concedido à contratada o prazo máximo de 10 (dez) dias após a assinatura da Ata de Registro de Preços, para realizar chamamento público a fim de credenciar os fornecedores do município e instalar o sistema integrado de gerenciamento junto ao setor responsável.
- 8.6.15.** Relatar à PREFEITURA qualquer irregularidade observada em virtude da prestação dos serviços e prestar os esclarecimentos que forem solicitados, atendendo, prontamente, às reclamações e solicitações.
- 8.6.16.** Facultar à FISCALIZAÇÃO da Prefeitura Municipal de São Geraldo pleno acesso às informações do sistema, inclusive para a extração, a qualquer tempo, de relatórios referentes aos serviços prestados, discriminados, com os respectivos custos.
- 8.6.17.** Fornecer a PREFEITURA, a cada 12 meses e ao término da ata de registros de preços, relatório com todos os dados de fornecimento compilados, em meio eletrônico acessível (Planilha), relativo ao período de execução contratual.
- 8.6.18.** Designar um preposto perante a Prefeitura Municipal de São Geraldo para prestar, de forma ininterrupta, todos os esclarecimentos necessários e atender as reclamações que porventura surgirem durante a execução do contrato. Esse atendimento deverá ser feito de maneira contínua, inclusive nos finais de semanas, a fim de garantir o permanente funcionamento da frota da PREFEITURA.
- 8.6.19.** Responsabilizar-se por todas as despesas decorrentes da prestação de serviços, objeto da presente contratação, inclusive, salários dos seus empregados, taxas, impostos, custos administrativos, encargos sociais e outros necessários, como também, qualquer prejuízo pessoal ou material causado ao patrimônio da Prefeitura Municipal de São Geraldo, ou a terceiros, por quaisquer de seus funcionários, representantes ou prepostos na execução dos serviços prestadores de serviços.



8.7. SEGURANÇA NO FORNECIMENTO

8.7.1. Nos casos de situações adversas como falta de energia elétrica, a CONTRATADA deverá disponibilizar procedimento contingencial, 24 (vinte e quatro) horas, sete dias por semana, por meio de serviço de atendimento ao cliente, que consiste na obtenção, por telefone do número da autorização de serviço a ser transcrito para formulário específico da CONTRATADA, visando garantir a manutenção das informações necessárias ao controle e não comprometer a continuidade das atividades operacionais da CONTRATANTE.

9. FISCALIZAÇÃO TÉCNICA

9.1. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, devendo este ser nomeado no ato da celebração da Ata de Registro de Preços, por meio de Portaria.

9.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção;

9.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

9.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

9.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

FISCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

9.6. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

9.7. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

9.8. GESTOR DO CONTRATO

9.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

9.10. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

9.11. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

9.12. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.



9.13. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

9.14. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

9.15. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

10. VIGÊNCIA

10.1. A presente ata terá validade de 12 (doze) meses a partir da data de sua assinatura.

10.2. O prazo de vigência da contratação será regido em edital na forma do artigo 105 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

11. LIQUIDAÇÃO

11.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

11.3. o prazo de validade;

11.4. a data da emissão;

11.5. os dados do contrato e do órgão contratante;

11.6. o período respectivo de execução do contrato;

11.7. o valor a pagar; e

11.8. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

11.9. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

11.10. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.11. A Administração poderá realizar consulta ao SICAF para:

a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;

b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).



11.12. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

11.13. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

11.14. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

11.15. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

12. PRAZO DE PAGAMENTO

12.1. O pagamento devido ao contratado será realizado quinzenalmente, à vista da Fatura apresentada, atestada e visada pelos órgãos de fiscalização e acompanhamento da execução do contrato, no prazo de até 15 (quinze) dias, contados a partir da data final do adimplemento da obrigação. A Nota Fiscal deverá dar entrada no Setor de Compras.

12.2. Sobre a fatura incidirão os tributos legalmente instituídos e multas que eventualmente vierem a ser aplicadas. Sendo a licitante vencedora isenta ou beneficiária de redução de alíquota de qualquer imposto, taxa ou de contribuição social ou ainda optante pelo SIMPLES, deverá apresentar junto com a fatura, cópia do comprovante respectivo.

12.3. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

12.4. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

12.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

12.6. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

12.7. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada de forma on-line consulta aos sítios eletrônicos oficiais para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

12.8. Constatando-se a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

12.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

12.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.



12.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação de habilitação.

12.12. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

12.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula: $EM = N \times VP \times I$, onde: EM = encargos moratórios; N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = valor da parcela a ser paga; e I = índice de compensação financeira, assim apurado: $I = (TX \div 100) \div 365$, sendo TX = percentual do IPCA-IBGE acumulado nos últimos doze meses ou, na sua falta, um novo índice adotado pelo Governo Federal que o substitua. Na hipótese do referido índice estabelecido para a compensação financeira venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

12.14. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

12.15. Forma de pagamento

12.16. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

12.17. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

12.18. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, devendo ser observado o que consta no comunicado da **Diretoria de Finanças e no Decreto Municipal 257/2023**.

12.19. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

12.20. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

12.21. Antecipação de pagamento

12.22. A presente contratação NÃO permite a antecipação de pagamento, seja parcial/total, conforme as regras previstas no art. 145 da Lei nº 14.133/2021 e suas alterações.

13. CESSÃO DE CRÉDITO

13.1. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

7.1.1. As cessões de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020 dependerão de prévia aprovação do contratante.

13.2. A eficácia da cessão de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.



13.3. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

13.4. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos)

13.5. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

14. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

14.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta:

14.2. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO por item.

14.3. O fornecimento do objeto será parcelado ou de forma integral de acordo com a demanda da secretaria.

14.4. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020.

Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede.



Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista:

Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

Qualificação Econômico-Financeira

Certidão Negativa de falência, de concordata, de recuperação judicial ou extrajudicial (Lei nº 11.101, de 9.2.2005), expedida pelo distribuidor da sede da empresa, datado dos últimos 90 (noventa) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão;

Qualificação Técnica

Alvará de Funcionamento do estabelecimento.

Certificado de Posto Revendedor emitido pela Agência Nacional de Petróleo – ANP.

15. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

15.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 1.590.100,00 (um milhão, quinhentos e noventa mil e cem reais), conforme custos unitários demonstrados aos autos do processo.

15.2. Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações (art. 25 do Decreto nº 11.462/2023):

15.3. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

15.4. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

15.5. Serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

15.6. Poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

15.7. DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO:

15.7.1. O reequilíbrio econômico-financeiro pode ser concedido a qualquer tempo, independentemente de previsão contratual, desde que verificadas as circunstâncias elencadas no artigo 130 da Lei nº 14.133/2021 que prevê, “Caso haja alteração unilateral do contrato que aumente ou diminua os encargos



do contratado, a Administração deverá restabelecer, no mesmo termo aditivo, o equilíbrio econômico-financeiro inicial."

15.7.2. Pelo fundamento maior, do artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, de modo a preservar o equilíbrio para a Administração e para a empresa contratada, em curto intervalo de tempo, pois cada fatura irá considerar aquele insumo como de valor dinâmico e não pelos índices dos demais insumos do contrato.

16. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

16.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município.

16.2. A contratação será atendida pela dotação orçamentária juntada aos autos do processo pela Contabilidade do Município.

16.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

17. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) Der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Der causa à inexecução total do contrato;
- d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

II. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

III. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave;

IV. **Multa:**

1. Moratória de 5% (cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso injustificado, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.



a) O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

I. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 12.1, de 10% a 10% do valor do Contrato.

II. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 12.1, de 0,5% a 30% do valor do Contrato.

III. Para infração descrita na alínea “b” do subitem 12.1, a multa será de 0,5% a 30% do valor do Contrato.

IV. Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 12.1, a multa será de 0,5% a 30% do valor do Contrato.

V. Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 12.1, a multa será de 0,5% a 30% do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:

A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante;

Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa;

Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação;

Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente;

Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) As peculiaridades do caso concreto;
- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) Os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida.

A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

Rua 21 de Abril, nº 19, centro, São Geraldo-MG, CEP 36.530-000
Telefone: (32) 3556-1215 – e-mail: licitacao@saogeraldo.mg.gov.br



O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

APROVO o presente Termo de Referência cuja finalidade é subsidiar os licitantes de todas as informações necessárias à participação do certame, estando presentes os elementos necessários a identificação do objeto, seu custo e todos os critérios para participação de forma clara e concisa.

São Geraldo-MG, 01 de agosto de 2024

Jonas Batalha Silveira
Gerente de Transportes
Município de São Geraldo